



TAE 2014

CONCURSO



INSTRUÇÕES

- Ao receber do fiscal este caderno de provas, confira se o caderno corresponde ao cargo a que você concorre e se contém a quantidade de questões estabelecida no edital: **60 (sessenta) questões**.
 - Caso o caderno de provas esteja incompleto, tenha qualquer defeito de impressão ou não corresponda ao cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala, **antes de iniciar a prova**, que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores sobre tais defeitos.
- O cartão-resposta será o único documento válido para a correção eletrônica.
 - O cartão-resposta será distribuído após 50 (cinquenta) minutos do início de prova.
 - Não dobre nem amasse o cartão-resposta.
 - Use somente caneta de tinta azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
 - Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas uma opção correta.
 - Os círculos correspondentes às respostas devem ser preenchidos completamente, com boa nitidez, conforme o exemplo:
 - Marcação em desrespeito a estas orientações poderá implicar na rejeição do cartão-resposta pela leitora de marcas.
 - O preenchimento do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.
 - Não será distribuído novo cartão-resposta por erro do candidato.
- Transcreva para o cartão-resposta, no local apropriado, a seguinte frase com **letras cursivas**:

"Ousarei expor aqui a mais importante, a maior, a mais útil regra de toda a educação?
É não ganhar tempo, mas perdê-lo".

Jean-Jacques Rousseau
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal.
- É proibido consulta de qualquer espécie e utilização de máquinas de calcular ou similares (relógios-calculadoras), aparelhos eletrônicos (telefones celular, bip etc).
- Ao terminar a prova:
 - Avise ao fiscal de sala e, após autorização desse, entregue seu cartão-resposta e o caderno de provas; **o fiscal destacará o gabarito abaixo e devolverá ao candidato**.
 - Assine a lista de presença.
 - Verifique se não esqueceu algum objeto.
 - Deixe imediatamente o local de realização da prova.
- A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do cartão-resposta.
- O descumprimento dessas instruções poderá implicar na anulação da sua prova, e conseqüentemente na sua eliminação do concurso.

1	<input checked="" type="radio"/>	B	C	D	E
2	A	<input checked="" type="radio"/>	C	D	E
3	A	B	C	D	<input checked="" type="radio"/>
4	A	<input checked="" type="radio"/>	C	D	E
5	A	B	<input checked="" type="radio"/>	D	E

CONTADOR

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	



LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL SUPERIOR

COMO PROCESSAR QUEM NÃO NOS REPRESENTA?

Não somos vândalos. E deveríamos ganhar flores. Cidadãos que respeitam as regras são diariamente maltratados por serviços públicos ineficientes. Como processar o prefeito e o governador se nossos impostos não se traduzem no respeito ao cidadão? Como processar um Congresso que se comporta de maneira vil, ao manter como deputado, em voto secreto, o presidiário Natan Donadon, condenado a 13 anos por roubo de dinheiro público?

Se posso ser multada (e devo ser) caso jogue no chão um papel de bala, por que não posso multar o prefeito quando a cidade não funciona? E por que não posso multar o governador, se o serviço público me provoca sentimentos de fúria e impotência? Como punir o vandalismo moral do Estado? Ah, pelo voto. Não, não é suficiente. Deveríamos dispor de instrumentos legais para processar quem abusa do poder contra os eleitores – e esse abuso transcende partidos e ideologias. [...]

(Texto retirado do artigo de Ruth Aquino. Revista Época, 02/09/2103.)

01. O texto apresenta como ideia central:

- A) Inúmeros questionamentos e dúvidas que demonstram a falta de informação da autora sobre o modo de punir o serviço público de má qualidade.
- B) Questionamentos retóricos que refletem a indignação da autora diante dos desmandos de políticos e de instituições públicas contra os cidadãos que não têm como punir os que deviam representá-los.
- C) A ideia de que o cidadão que não é vândalo tem que ser bem tratado pelos políticos e pelos servidores públicos.
- D) A discussão de que é pelo voto que podemos punir os políticos e seus partidos pelo desrespeito imposto aos cidadãos.
- E) A ideia de que abusos contra os cidadãos que não são eleitores ocorrem todos os dias e devem ser punidos.

02. Considere os textos abaixo e aponte o item com as informações **corretas**.

(Texto 01)

“Mundo maluco, máquina mortífera. Mundo moderno, melhore. Melhore mais, melhore muito, melhore mesmo. Merecemos. Maldito mundo moderno, mundinho merda”. (Sílvio Amarante)

(Texto 02)

Sou tão organizado que não consigo achar nada do que procuro, pois minha intenção é não perder tempo, uma vez que a capacidade de estar controlado faz com que tudo se mostre um meio propício de ficar calmo e sem preocupações. Por conta disso, insisto em manter minha bagunça de um jeito que possa realizar tudo em tempo hábil. (Autor desconhecido)

(Texto 03)

“Descobri que minha obsessão por cada coisa em seu lugar, cada assunto em seu tempo, cada palavra em seu estilo, não era o prêmio merecido de uma mente em ordem, mas, pelo contrário, todo um sistema de simulação inventado por mim para ocultar a desordem de minha natureza”. (Gabriel García Márquez)

- A) O texto 01 apresenta coerência e coesão; o texto 02 é coeso, mas incoerente; e o texto 03 tem coesão, mas não tem coerência.
- B) Os textos 01, 02 e 03 são coesos e coerentes.
- C) Os textos 01 e 02 são coerentes, mas sem coesão; e o texto 03 é coerente e coeso.
- D) O texto 01 apresenta coesão, mas não tem coerência; o texto 02 tem coesão e coerência; e o texto 03 é coerente, mas sem coesão.
- E) O texto 01 apresenta coerência, mas não usa recursos de coesão; o texto 02 tem coesão, mas não tem coerência; e o texto 03 é coeso e coerente.

03. Em “Vi com meus próprios olhos e mal pude acreditar”, “Hoje visitarei a Cidade-Luz”, “Chorei rios de lágrimas” e “Incrível a sua capacidade de faltar com a verdade”, temos respectivamente as seguintes figuras de linguagem:

- A) Elipse, perífrase, pleonasma, hipérbole.
- B) Perífrase, pleonasma, elipse, eufemismo.
- C) Pleonasma, perífrase, hipérbole, antonomásia.
- D) Pleonasma, antonomásia, hipérbole, eufemismo.
- E) Eufemismo, pleonasma, elipse, hipérbole.

04. Aponte o item que contém classificação **indevida** quanto à figura de linguagem utilizada:

- A) Ler Clarice Lispector é como ler minha alma sendo devassada e absurdamente exposta. (prosopopeia)
- B) A maldade povoa a sua mente. (metáfora)
- C) Ouvei um grito áspero romper o silêncio da noite. (sinestesia)
- D) Olhava adiante de mim e me surpreendia com o formigueiro humano. (catacrese)
- E) O céu estava sisudo e irritadiço. (prosopopeia)

05. As palavras compreendem tanto uma forma material (significante) quanto um conteúdo semântico (significado). Tal conteúdo pode ser denotativo ou conotativo. Com base nisso, aponte o item que analisa **corretamente** tais conceitos:
- A) Gosto de contemplar as estrelas no firmamento. (conotativo) / Brad Pitt e Angelina Jolie são estrelas do cinema. (conotativo)
- B) Paula teceu alguns comentários sobre sua situação. (denotativo) / As rendeiras teceram belíssimas peças artesanais. (denotativo)
- C) O fogo se alastrou e incendiou tudo. (conotativo) / Não resisti ao fogo da paixão que me consumia. (denotativo)
- D) Ela tem um coração frio e duro. (denotativo) / Faz muito frio em São Paulo hoje. (conotativo)
- E) A criança quebrou o brinquedo ao jogá-lo no chão. (denotativo) / Finalmente Ana quebrou o silêncio e respondeu a pergunta feita. (conotativo)
06. Todas as palavras abaixo estão corretas quanto à ortografia, **exceto** a do item:
- A) Seção. B) Excessão. C) Analisar.
D) Herói. E) Acessível.
07. O item cujas palavras **não** obedecem à mesma regra de acentuação é:
- A) Trágico; patético. B) Fácil; útil. C) Bíceps; fórceps.
D) Café; Você. E) Herói; heroísmo.
08. As palavras "**incapaz**, **papelaria** e **entristecer**" são, respectivamente, exemplares dos seguintes processos de formação de palavras:
- A) Prefixação, prefixação e sufixação. B) Sufixação, sufixação e prefixação.
C) Prefixação, sufixação e parassíntese. D) Parassíntese, parassíntese e sufixação.
E) Parassíntese, sufixação e sufixação.
09. Aponte o item que preenche **corretamente** as lacunas do texto que segue, de acordo com o uso devido dos sinais de pontuação. "Quando se trata de mulheres__ duas coisas são essenciais__ a primeira é não tentar entendê-las__ a segunda é nunca contrariá-las__ especialmente em assunto que tenham razão e se quiser dormir em paz."
- A) Dois pontos, vírgula, vírgula, ponto e vírgula. B) Dois pontos, ponto e vírgula, ponto e vírgula.
C) Dois pontos, dois pontos, vírgula, vírgula. D) Vírgula, dois pontos, ponto e vírgula, vírgula.
E) Vírgula, vírgula, dois pontos, ponto e vírgula.
10. Sobre o uso da vírgula, há **desacordo** entre a regra e o exemplo no item:
- A) No interior de uma oração, a vírgula serve para separar elementos com mesma função sintática, quando não unidos pelas conjunções "e", "nem" e "ou". Exemplo: Sua boca, seu rosto, seu olhar, encham meu coração de alegria.
- B) Usa-se vírgula para isolar o vocativo. Exemplo: Que ideias mais absurdas, meu filho!
- C) Usa-se vírgula para isolar o aposto, ou qualquer elemento de valor meramente explicativo. Exemplo: André, o médico, trouxe boas notícias.
- D) Usa-se vírgula para separar orações coordenadas temporais, antepostas à oração principal. Exemplo: Quando se ergueu da cama, decidiu mudar de vez aquela situação.
- E) Usa-se vírgula para isolar orações intercaladas. Exemplo: Se é verdade o que dizem, pensei comigo mesma, terei que tomar providências.
11. Aponte o item em que a concordância verbal foi feita **indevidamente**:
- A) Soam quinze horas neste momento. B) Daqui a pouco baterão doze horas esse relógio.
C) Naquele lugar, houve brigas e discussões demais. D) Um bando de marginais depredou a loja inteira.
E) Foi um bando de marginais que depredaram a loja.
12. Aponte o item que preenche **corretamente** a concordância verbal das frases que seguem: "Os jovens _____ a esperança de um mundo melhor"; "_____ inúmeras pessoas na rua à tarde"; "Uma série de erros _____ naquele setor"; "_____ casas e apartamentos aqui".
- A) São; havia; aconteceu; vendem-se. B) É; haviam; aconteceram; vende-se.
C) São; havia; aconteceram; vende-se. D) É; havia; aconteceu; vende-se.
E) São; haviam; aconteceu; vendem-se.
13. Assinale o item que apresenta exemplos e classificação **incoerente**:
- A) Cessão (ato de ceder); sessão (reunião) – homônimos homófonos.
- B) Chácara (propriedade no campo); xácara (narrativa popular em verso) – homônimos homófonos.
- C) Chá (infusão de ervas); xá (soberano persa) – homônimos homógrafos.
- D) Mente (intelecto); mente (3ª pessoa do verbo mentir) – homônimos homógrafos.
- E) Real (verdadeiro); real (relativo a rei) – homônimos homógrafos.
14. Leia as situações propostas e aponte a respectiva e **correta** classificação.
- Situação 01: O homem morreu – A esposa dele faleceu – O velho expirou.
- Situação 02: Não é correto destratar as pessoas – Não quis distratar com ele.
- Situação 03: Ele dobrou a aposta – Paulo dobrou a esquina – Eu dobrei a opinião dele.
- A) Todas as situações trazem exemplos variados de polissemia.
- B) Todas as situações trazem exemplos variados de sinonímia.
- C) Todas as situações trazem exemplos variados de paronímia.
- D) Na situação 01 e na situação 02, temos exemplos de paronímia; e na situação 03, de polissemia.
- E) Na situação 01, temos um exemplo de sinonímia; na situação 02, de paronímia; e na situação 03, de polissemia.

E) O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações corretas.

22. O Princípio que pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas é o Princípio da:

- A) Entidade. B) Continuidade.
C) Competência. D) Oportunidade.
E) Atualização Monetária.

Atenção: as questões 23, 24, 25, 26,27 e 28 baseiam-se nos dados abaixo.

O saldo das contas a seguir foi extraído do balancete contábil da Madeireira Amor de Iracema LTDA:

CONTAS	SALDO
Caixa	R\$ 2.500,00
Banco Conta Movimento	R\$ 3.500,00
Clientes	R\$ 1.500,00
Estoques de Mercadorias	R\$ 1.000,00
Imóveis	R\$ 1.000,00
IPi a recolher	R\$ 200,00
Fornecedores	R\$ 2.000,00
Salários a Pagar	R\$ 1.000,00
Tributos a Recolher	R\$ 1.500,00
Capital Social	R\$ 9.000,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 1.800,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 500,00
Despesa de Vendas	R\$ 200,00
Depreciação Acumulada	R\$ 500,00
Marcas e Patentes	R\$ 1.000,00
Reserva Legal	R\$ 1.000,00
Ações de Coligadas	R\$ 500,00
Aluguéis Ativos	R\$ 100,00
Despesa com Amortização	R\$ 200,00
Móveis e Utensílios	R\$ 1.000,00
Ações em tesouraria	R\$ 200,00
Capital a integralizar	R\$ 1.500,00
Vendas	R\$ 6.600,00
Custos das Mercadorias Vendidas	R\$ 3.200,00
Veículo	R\$ 3.000,00
Reserva para contingências	R\$ 500,00
Provisão p/ Devedores Duvidosos	R\$ 200,00

23. Elaborando-se o balancete geral com os saldos, haverá:

- A) Contas patrimoniais com saldos devedores, somando R\$ 20.000,00.
B) Contas patrimoniais com saldos credores, somando R\$ 17.700,00.
C) Contas de resultado de natureza credora, com saldo no valor de R\$ 6.700,00.
D) Contas de resultado de natureza devedora, com saldo no valor de R\$ 3.700,00.
E) Os saldos devedores e credores não são iguais.

24. O saldo do ativo total e do passivo total será, respectivamente:

- A) R\$ 14.800,00 e R\$ 4.700,00. B) R\$ 15.000,00 e R\$ 4.700,00.
C) R\$ 15.500,00 e R\$ 4.800,00. D) R\$ 15.700,00 e R\$ 4.800,00.
E) R\$ 21.400,00 e R\$ 3.700,00.

25. O saldo total do ativo não circulante é:

- A) R\$ 7.000,00. B) R\$ 6.500,00.
C) R\$ 6.300,00. D) R\$ 6.000,00.
E) R\$ 5.500,00.

26. O Índice de Liquidez Corrente é:

- A) 1,77. B) 1,68.
C) 1,63. D) 1,58.
E) 1,53.

27. O Índice de Liquidez Seca é:

- A) 1,70. B) 1,65.
C) 1,60. D) 1,55.
E) 1,50

28. O Índice de Liquidez Imediata é:

- A) 1,77.
- B) 1,68.
- C) 1,60.
- D) 1,55.
- E) 1,28

29. De acordo com a Lei 6.404/76 e posteriores atualizações, ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- A) Balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração das origens e aplicações de recursos; demonstração dos fluxos de caixa; e, se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.
- B) Balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração dos fluxos de caixa; demonstração do valor adicionado e demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- C) Balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração dos fluxos de caixa e, se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.
- D) Balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração das origens e aplicações de recursos; demonstração dos fluxos de caixa; e, se companhia fechada, demonstração do valor adicionado.
- E) Balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado econômico; demonstração dos fluxos de caixa; e, se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

30. O Instituto Federal do Ceará, com o intuito de renovar a sua frota para melhor atender seus alunos que moram na zona rural, adquiriu ônibus no dia 01/03/2014 no valor de R\$ 100.000,00. A contabilidade objetivando registrar a depreciação dos veículos confirmou nos normativos da Secretaria do Tesouro Nacional que o valor residual e a vida útil a serem utilizadas no cálculo obrigatório da depreciação é de 10% e 15 anos respectivamente. Diante do exposto, considerando que os valores acima são hipotéticos, o valor depreciável a ser utilizado como base inicial para o registro da depreciação é:

- A) R\$ 100.000,00.
- B) R\$ 90.000,00.
- C) R\$ 50.000,00.
- D) R\$ 10.000,00.
- E) R\$ 6.666,67.

31. Com fulcro na Instrução Normativa da RFB 1.234 de 2012, haverá situações onde os órgãos substitutos tributários da administração pública federal não efetuarão a retenção na fonte dos tributos federais quando executaremos o pagamento da compra de bens ou prestação de serviços. Não serão retidos os valores correspondentes ao IR e às contribuições de que trata esta Instrução Normativa, nos pagamentos efetuados a:

- I. Partidos políticos.
- II. Sindicatos, federações e confederações de empregados.
- III. Serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.
- IV. Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas.
- V. Condomínios edilícios.
- VI. Pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias.
- VII. Pessoas jurídicas exclusivamente distribuidoras de jornais e revistas.

Estão **corretas**:

- A) Todas as alternativas.
- B) Existe uma alternativa falsa.
- C) Existem duas alternativas falsas.
- D) Existem três alternativas verdadeiras.
- E) Existem quatro alternativas verdadeiras.

32. A LC 116/2003 dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Segundo essa Lei, a alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é:

- A) 2%.
- B) 5%.
- C) 10%.
- D) 20%.
- E) 50%.

33. De acordo com a IN 971/2009, assinale a alternativa que define o conceito de cessão de mão de obra:

- A) É a colocação à disposição da empresa contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de trabalhadores que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com sua atividade fim, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação, inclusive por meio de trabalho temporário.
- B) A execução, contratualmente estabelecida, de tarefa, de obra ou de serviço, por preço ajustado, com ou sem fornecimento de material ou uso de equipamentos, que podem ou não ser utilizados, realizada nas dependências da empresa contratante, nas de terceiros ou nas da empresa contratada, tendo como objeto um resultado pretendido.
- C) Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- D) É a realização de atividade empresarial, formada por dois ou mais sócios que contribuem com moeda ou bens avaliáveis em dinheiro para formação do capital social.
- E) É o vínculo de trabalho profissional com os órgãos e entidades governamentais, integrados em cargos ou empregos de qualquer delas: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

- A) Está legalmente amparado pelas hipóteses legais previstas na Lei. 8.666/93, que trata da dispensa de licitação.
- B) Está legalmente amparado. Sempre que for decretado estado de calamidade pública, o município estará proibido de licitar.
- C) Está legalmente amparado pelas hipóteses legais previstas na Lei. 8.666/93, que trata de inexigibilidade de licitação.
- D) Está legalmente desamparado. Sempre que for decretado estado de calamidade pública, o município deve licitar por carta convite ou por pregão, por serem modalidades licitatórias menos burocráticas.
- E) Está legalmente desamparado. Só existe amparo legal para não realizar licitação quando decretado estado de calamidade pública para União e Estados.
40. Segundo a lei 8.666/93, são modalidades de licitação: a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão. A modalidade de licitação que **não** representa o seu conceito legal é:
- A) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- B) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- C) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- D) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- E) Leilão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço.
41. Conforme disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, assinale a opção **incorreta** com relação ao conceito, objeto, objetivo, função social e campo de aplicação da contabilidade pública.
- A) Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- B) O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.
- C) O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público
- D) O campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público abrange todas as entidades do setor público. Porém, os serviços sociais e os conselhos profissionais obedecem parcialmente às normas e às técnicas próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- E) A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.
42. O município cearense de Independência-CE emitiu boleto de cota única do IPTU para seus habitantes com data de vencimento 15/03/13. Porém, por estar passando por uma crise financeira um dos seus residentes efetuou o pagamento junto à rede bancária apenas em 15/01/14, arcando com os juros e multas legais. A Prefeitura contabilizou essa receita como pertencente ao exercício de 2014. Sob o enfoque orçamentário e de acordo com a Lei 4.320/64, o procedimento adotado pela Prefeitura:
- A) Atendeu à Lei 4.320/64, uma vez que no Brasil é adotado o regime de competência para a receita orçamentária e de caixa para a despesa orçamentária.
- B) Atendeu à Lei 4.320/64, uma vez que no Brasil é adotado o regime de competência tanto para a receita como para a despesa orçamentária.
- C) Não atendeu à Lei 4.320/64, uma vez que no Brasil é adotado o regime de competência tanto para a receita orçamentária como para a despesa orçamentária.
- D) Não atendeu à Lei 4.320/64, uma vez que no Brasil é adotado o regime de competência para a receita orçamentária e de caixa para a despesa orçamentária.
- E) Atendeu à Lei 4.320/64, uma vez que no Brasil é adotado o regime de caixa para a receita orçamentária e de competência para a despesa orçamentária.
43. O Instituto Federal do Ceará, diante do seu processo de expansão pelo interior do estado, assinou contrato com a Construtora Borges Cavalcante. A mera assinatura deste contrato não afeta o patrimônio público, mas no futuro poderá afetá-lo. Dessa forma, o seu registro contábil deverá ocorrer com a utilização de contas pertencentes ao sistema:
- A) Patrimonial. B) Orçamentário.
- C) Financeiro. D) De compensação.
- E) De controle interno.
44. São exemplos, respectivamente, Receita Originária e Receita Derivada:
- A) Receita Patrimonial e Receita de Serviços. B) Receita de Serviços e Receita Tributária.
- C) Receita Tributária e Receita Agropecuária. D) Receita Industrial e Receita Patrimonial.
- E) Receita Agropecuária e Receita Patrimonial.

45. O SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. A opção que **não** define o objetivo do SIAFI:
- A) Prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos da Administração Pública.
 - B) Fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal.
 - C) Padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, sem implicar rigidez ou restrição a essa atividade, uma vez que ele permanece sob total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora.
 - D) Avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
 - E) Permitir o controle da dívida interna e externa, bem como o das transferências negociadas
46. A consolidação das demonstrações contábil objetiva o conhecimento e a disponibilização de macroagregados do setor público, a visão global do resultado e a instrumentalização do controle social. De acordo com a NBC T 16.7 - CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, **não** podemos afirmar:
- A) No processo de consolidação de demonstrações contábeis devem ser consideradas as relações de dependência entre as entidades do setor público.
 - B) As demonstrações consolidadas devem abranger as transações contábeis de todas as unidades contábeis incluídas na consolidação.
 - C) Os ajustes e as eliminações decorrentes do processo de consolidação devem ser realizados em documentos auxiliares, não originando nenhum tipo de lançamento na escrituração das entidades que formam a unidade contábil.
 - D) As demonstrações contábeis das entidades do setor público, para fins de consolidação, devem ser levantadas na mesma data, admitindo-se a defasagem de até três meses, desde que os efeitos dos eventos relevantes entre as diferentes datas sejam divulgados em notas explicativas.
 - E) As demonstrações contábeis consolidadas devem ser complementadas por relatório de auditoria que contenha os procedimentos adotados na consolidação.
47. De acordo com a **NBC T 16.4 – Transações no Setor Público**, as variações patrimoniais classificam-se em:
- A) Quantitativas e qualitativas.
 - B) Aumentativas e diminutivas.
 - C) Orçamentária e extra orçamentária.
 - D) Alocativa e distributiva.
 - E) Fiscais e extra fiscais.
48. De acordo com a Lei 4.320/64, julgue as alternativas abaixo:
- I. O sistema de custos na administração pública já consta de forma explícita e abrangente desde a edição da lei 4320/1964.
 - II. Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
 - III. Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
 - IV. Os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa deverão obrigatoriamente ser custeadas por dotações globais, classificadas entre as Despesas de Capital.
 - V. Caberá aos órgãos de controle interno organizar demonstrações mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, para servirem de base a estimativa da receita, na proposta orçamentária.
- Estão **corretas**:
- A) II e III.
 - B) II e VI.
 - C) I, II, V.
 - D) II, III e IV.
 - E) II, III e V.
49. Considerando a conveniência de um maior esclarecimento sobre o conteúdo e abrangência dos Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público, o CFC, através da Resolução 1.111/2007, interpretou tais princípios sob a égide do Setor Público. Com fulcro na resolução citada e suas posteriores atualizações, a respeito dos princípios de contabilidade e a sua aplicação no setor público, é **correto** afirmar:
- A) O Princípio da Entidade não se aplica ao setor público, visto que não há autonomia patrimonial, devido à obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos.
 - B) O princípio contábil do registro pelo valor original não se aplica ao setor público devido ao fato de não existir determinação legal para a contabilização da depreciação, amortização e exaustão.
 - C) O princípio contábil da oportunidade tem aplicação restrita no setor público em razão de determinadas formalidades orçamentárias que podem impedir o registro contábil de forma íntegra e tempestiva, a exemplo da contabilização da dívida ativa.
 - D) A aplicação do princípio da prudência se torna inviável no setor público, pois não há alternativas igualmente válidas, para que possamos contabilizar valores maiores para passivos e valores menores para o ativo.
 - E) O Princípio da Competência aplica-se integralmente ao Setor Público.
50. As despesas públicas classificam-se quanto a sua categoria econômica em despesas correntes e despesas de capital. Representa, **corretamente**, uma despesa de capital:
- A) O pagamento de Pessoal e Encargos Sociais.
 - B) O pagamento de diárias a colaborador eventual.
 - C) Os juros e encargos da dívida.
 - D) A aquisição de imóveis já em utilização.
 - E) A despesa com obrigações patronais.

51. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é organizada na forma de sistema de informações, cujos subsistemas, possam oferecer produtos diferentes em razão da respectiva especificidade, convergem para o produto final, que é a informação sobre o patrimônio público. A NBC T 16.2 - Patrimônio e Sistemas Contábeis reestruturou o sistema contábil da seguinte forma:
- O subsistema compensação foi incorporado pelo subsistema orçamentário e foram mantidos os subsistemas orçamentário, financeiro e patrimonial.
 - Permaneceram os subsistemas orçamentário, patrimonial, financeiro e compensação e o subsistema custos foi incorporado pelo subsistema de compensação.
 - Permaneceram os subsistemas orçamentário, financeiro, custos e compensação e o subsistema patrimonial foi absorvido pelo subsistema financeiro.
 - O subsistema financeiro foi incorporado pelo subsistema patrimonial e foram mantidos os subsistemas orçamentários, patrimonial, custos e compensação.
 - O subsistema custos foi absorvido pelo subsistema financeiro e foram mantidos os subsistemas orçamentário, patrimonial e compensação.
52. No dia 05.01.14 foi registrado no SIAFI a inscrição de restos a pagar processados referente ao exercício de 2014. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, a inscrição de restos a pagar processados gera lançamentos contábeis:
- No subsistema orçamentário, apenas.
 - No subsistema patrimonial e orçamentário.
 - Nos subsistemas orçamentário, patrimonial e de compensação.
 - Nos subsistemas orçamentário e de compensação, apenas.
 - Nos subsistemas orçamentário, patrimonial, de compensação e compensado.

Analise os dados apresentados abaixo para responder às questões 55 e 54. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, foram extraídos os seguintes dados do Balanço Orçamentário de Instituto Federal do Ceará, elaborado em 31/12/2013:

	RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Previsão Inicial	R\$ 53.000,00	R\$ 43.000,00
Previsão Atualizada	R\$ 55.000,00	R\$ 43.000,00
Receitas Realizadas	R\$ 60.000,00	R\$ 40.000,00
	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
Dotação Inicial	R\$ 69.000,00	R\$ 27.000,00
Dotação Atualizada	R\$ 72.500,00	R\$ 27.000,00
Despesas Empenhadas	R\$ 71.000,00	R\$ 25.000,00
Despesas Liquidadas	R\$ 65.000,00	R\$ 22.000,00
Despesas Pagas	R\$ 62.000,00	R\$ 20.000,00

53. Em 05/01/14, o montante das despesas inscritas em Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não processados correspondeu, respectivamente, a:
- R\$ 5.000,00 e R\$ 14.000,00.
 - R\$ 9.000,00 e R\$ 14.000,00.
 - R\$ 5.000,00 e R\$ 9.000,00.
 - R\$ 5.000,00 e R\$ 17.500,00.
 - R\$ 14.000,00 e R\$ 17.500,00.
54. Com base na execução da Lei Orçamentária do referido exercício e pelos dados apresentados no balanço, o valor da economia orçamentária foi igual a:
- R\$ 3.000,00.
 - R\$ 3.500,00.
 - R\$ 5.000,00.
 - R\$ 14.000,00.
 - R\$ 17.500,00.
55. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificada. Assinale a alternativa que **não** representa uma fonte de recursos para a abertura de créditos suplementares e especiais:
- O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
 - Os provenientes de excesso de arrecadação.
 - Os provenientes dos recursos arrecadados da dívida ativa.
 - Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.
 - O produto de operações de crédito autorizado, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.
56. O magnífico Reitor do Instituto Federal do Ceará assinou contrato de prestação de serviço de manutenção de aparelhos de ar condicionado com a empresa Refrigelar Ltda. Nesse contrato, não havia distinção dos objetos de gastos, porém havia uma cláusula que fazia previsão para fornecimento de peças para reposição. Neste caso:
- Obrigatoriamente devem ser feitos dois empenhos, um na natureza de despesa 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica e outro na 3.3.90.30 – Material de Consumo, para atender eventuais despesas com o fornecimento de peças.

- B) O empenho deve ser emitido pelo seu valor total na natureza de despesa 3.3.90.30 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
- C) É desnecessária a emissão de dois empenhos, sendo emitido apenas um na natureza de despesa 3.3.90.39, pois o fornecimento de peças está incluso e não altera o valor do contrato.
- D) Devem ser feitos dois empenhos, um na natureza de despesa 3.3.90.39 - Material de Consumo e outro na 3.3.90.30 - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, para atender eventuais despesas com o fornecimento de peças.
- E) A administração pública deve contratar fornecedores distintos: um para prestar serviços e outro para fornecer peças, devido à necessidade de apresentarem uma Nota Fiscal Eletrônica de Serviços para a liquidação do empenho com a natureza de despesa 3.3.90.39 e um Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica - DANFE para liquidação do empenho de natureza de despesa 3.3.90.30.
57. No caso de transferência de um bem do ativo imobilizado que foi depreciado, para outro órgão, o valor a transferir será:
- A) O valor residual.
- B) O valor registrado originalmente pela contabilidade no momento de aquisição.
- C) O valor justo.
- D) O valor líquido contábil.
- E) O valor de mercado.
58. O novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP estabelece conceitos básicos, regras para registro dos atos e fatos e estrutura contábil padronizada, de modo a atender a todos os entes da Federação e aos demais usuários da informação contábil, permitindo a geração de base de dados consistente para compilação de estatísticas e finanças públicas. Com relação ao novo PCASP, é **incorreto** afirmar:
- A) O PCASP é a estrutura primária para gerar os demonstrativos contábeis, inclusive os demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal e aqueles necessários à geração de informações ao público, incluindo os organismos internacionais.
- B) Uma das Diretrizes do PCASP é a adoção de estrutura codificada e hierarquizada em classes de contas, contemplando as contas patrimoniais, de atos potenciais, de resultado e de planejamento e execução orçamentária além daquelas com funções precípuas de controle.
- C) Os objetivos gerais do PCASP correspondem ao estabelecimento de normas e procedimentos para o registro contábil das entidades do setor público e a viabilizar a consolidação das contas públicas.
- D) O PCASP deve ser utilizado por todos os Poderes de cada ente da Federação, seus órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como pelas empresas estatais dependentes.
- E) O PCASP está dividido em 8 classes: Ativo; Passivo e Patrimônio Líquido; Despesas; Receitas; Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento; Controles da Execução do Planejamento e Orçamento; Controles de Devedores e Controle de Credores.
59. As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público foram modificadas visando melhorar a evidenciação das informações, facilitar o entendimento e convergir os padrões internacionais. Além das alterações ocorridas na estrutura das demonstrações já existente, foram criadas duas novas demonstrações para o setor público. Essas Demonstrações são:
- A) Demonstração dos Fluxos de Caixas e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- B) Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração dos Fluxos de Caixas
- C) Demonstração dos Fluxos de Caixas e Demonstração das Variações Patrimoniais
- D) Demonstração do Resultado Econômico e Demonstração dos Fluxos de Caixas
- E) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Variações Patrimoniais.
60. Julgue os itens a seguir:
- I. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- II. O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório de gestão fiscal.
- III. É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- IV. A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- V. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos dois meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

A alternativa **incorreta** é:

- A) I, III e IV.
C) II e V.
E) IV e V.

- B) II, III e V.
D) Apenas o II.